

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE FILOSOFIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

FERNANDO RODRIGUES DOS REIS

A reflexão sobre a morte nas *Cartas a Lucílio*: formação filosófica e liberdade interior
em Sêneca

Uberlândia

2026

FERNANDO RODRIGUES DOS REIS

A reflexão sobre a morte nas *Cartas a Lucílio*: formação filosófica e liberdade interior
em Sêneca

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da
Universidade Federal de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Ferreira Almada.

Uberlândia

2026

FERNANDO RODRIGUES DOS REIS

A reflexão sobre a morte nas *Cartas a Lucílio*: formação filosófica e liberdade interior
em Sêneca

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da
Universidade Federal de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Ferreira Almada.

Comissão avaliadora.

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Almada (UFU)

Prof. Dr. Fabiense Pereira Romão (SMDS-Uberlândia/SME-Uberlândia)

Prof. Me. Luciano Henrique Moreira Santos (IP-UFU/UNIESSA-Uberlândia)

A morte atinge todos; o criminoso segue atrás da vítima. É uma ínfima fracção de tempo essa por que as pessoas tanto se angustiam. E, afinal, que importância tem o tempo que se leva a tentar evitar o inevitável?!

Sêneca, 2024, *Cartas a Lucílio*, Carta 93.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha esposa, Cláudia, pelo apoio constante às escolhas que marcaram minha trajetória pessoal e acadêmica. Sua compreensão e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse iniciar e concluir esta graduação, inclusive na decisão de cursar Filosofia como exercício permanente da razão e da formação de si.

Ao Professor Dr. Leonardo Ferreira Almada, meu orientador, registro minha profunda gratidão pela orientação, pela confiança e, sobretudo, pela inspiração intelectual. Desde as primeiras disciplinas que cursei sob sua docência, despertou em mim o interesse por uma investigação filosófica mais rigorosa, incentivando-me a desenvolver autonomia intelectual e a buscar compreender de que maneira a filosofia poderia integrar-se à minha própria forma de viver.

Estendo meus agradecimentos aos demais professores do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, cujas aulas, debates e ensinamentos contribuíram de maneira decisiva para minha formação ao longo da graduação.

Agradeço também aos servidores técnico-administrativos do Instituto de Filosofia, pelo trabalho cotidiano e pelo compromisso com o funcionamento da instituição e com a formação dos estudantes.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, instituição pública que tornou possível esta formação e reafirma, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a importância da filosofia para a produção do conhecimento e para a formação humana.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a função desempenhada pela reflexão sobre a morte no processo de formação filosófica desenvolvido por Sêneca nas *Cartas a Lucílio*. Parte-se da compreensão de que a filosofia, na correspondência senequiana, constitui uma prática voltada à transformação progressiva do indivíduo, orientando a reforma dos juízos, a disciplina dos afetos e a conformação da existência à ordem racional da natureza. O objetivo consiste em compreender de que maneira a recorrência da reflexão sobre a morte participa desse percurso formativo e qual papel desempenha na constituição da liberdade interior. A investigação fundamenta-se em uma leitura hermenêutica e imanente das *Cartas a Lucílio*, privilegiando a análise do próprio texto senequiano, sem tomar a reconstrução histórica do estoicismo como eixo interpretativo. A análise demonstra que a reflexão sobre a morte não se limita à preparação para o fim da vida, mas atua como exercício filosófico permanente que transforma a relação do discípulo com o tempo, relativiza os bens exteriores, fortalece o domínio de si e orienta a vida segundo a razão. Conclui-se que a recorrência da morte nas *Cartas a Lucílio* integra o próprio processo de formação moral desenvolvido por Sêneca, desempenhando papel decisivo na constituição da liberdade interior e na consolidação da filosofia como forma de vida.

Palavras-chave: Sêneca; Cartas a Lucílio; reflexão sobre a morte; formação filosófica; liberdade interior.

RÉSUMÉ

Cette recherche examine le rôle joué par la réflexion sur la mort dans le processus de formation philosophique développé par Sénèque dans les Lettres à Lucilius. Elle part de l'idée que la philosophie, dans la correspondance sénécienne, constitue une pratique visant à la transformation progressive de l'individu, en guidant la réforme des jugements, la discipline des affects et l'ajustement de l'existence à l'ordre rationnel de la nature. L'objectif est de comprendre de quelle manière le retour sur la mort participe à ce parcours formatif et quel rôle il joue dans la constitution de la liberté intérieure. L'enquête se base sur une lecture herméneutique et immanente des Lettres à Lucilius, privilégiant l'analyse du texte même de Sénèque, sans prendre la reconstruction historique du stoïcisme comme axe interprétatif. L'analyse montre que la réflexion sur la mort ne se limite pas à la préparation à la fin de la vie, mais agit comme un exercice philosophique permanent qui transforme la relation de l'élève au temps, relativise les biens extérieurs, renforce la maîtrise de soi et guide la vie selon la raison. On en conclut que la récurrence de la mort dans les Lettres à Lucilius fait partie intégrante du processus même de formation morale développé par Sénèque, jouant un rôle décisif dans la constitution de la liberté intérieure et dans la consolidation de la philosophie comme mode de vie.

Mots-clés: Sénèque; Lettres à Lucilius; réflexion sur la mort; formation philosophique; liberté intérieure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 I- FILOSOFIA E FORMAÇÃO MORAL NAS CARTAS A LUCÍLIO.....	12
 II- TEMPO, FINITUDE E EXISTÊNCIA: A MORTALIDADE INSCRITA NA VIDA.....	21
 III- A REFLEXÃO SOBRE A MORTE COMO EXERCÍCIO FILOSÓFICO.....	26
 CONCLUSÃO.....	33
 REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

As *Cartas a Lucílio* ocupam um lugar singular no conjunto da obra de Lúcio Aneu Sêneca. Redigidas na fase final de sua vida, elas costumam ser consideradas a expressão mais amadurecida de sua reflexão filosófica, reunindo, sob a forma epistolar, um percurso de formação moral que articula diferentes aspectos da existência humana. Embora apresentadas como correspondência entre dois interlocutores, ultrapassam amplamente a função ordinária da carta enquanto meio de comunicação. Ao longo da obra, a escrita epistolar converte-se em espaço de orientação filosófica, exame de si, revisão dos próprios juízos e exercício constante da razão. Mais do que transmitir um conjunto de doutrinas, Sêneca procura conduzir Lucílio à transformação progressiva de sua maneira de viver. A filosofia deixa de apresentar-se como um saber voltado exclusivamente à contemplação ou ao acúmulo de conhecimentos e assume a forma de uma prática orientada para a constituição ética do indivíduo.

Essa característica torna as *Cartas a Lucílio* particularmente relevantes para a compreensão da filosofia senequiana. Em diversos momentos da correspondência, Sêneca insiste que o valor da filosofia não se mede pela quantidade de doutrinas conhecidas, mas pela capacidade de ordenar a existência segundo a razão. A aprendizagem filosófica exige exercício, perseverança, vigilância sobre si mesmo e constante revisão dos próprios juízos. Desde as primeiras cartas, o leitor é confrontado com exortações que procuram afastá-lo da dispersão cotidiana e reconduzi-lo ao cuidado consigo mesmo. Nesse sentido, a filosofia apresenta-se menos como posse de um saber acabado do que como um exercício contínuo de transformação da própria vida. Não por acaso, ao criticar uma erudição incapaz de produzir transformação ética, Sêneca afirma que “A sabedoria cinge-se às acções, não às palavras” (Sêneca, 2024, Carta 88, 32). A formulação sintetiza um dos pressupostos fundamentais das *Cartas*: a filosofia realiza plenamente sua finalidade apenas quando transforma efetivamente a maneira pela qual o indivíduo vive e conduz sua existência.

A forma epistolar desempenha papel decisivo nesse processo. Diferentemente de um tratado sistemático, a carta acompanha dificuldades concretas, responde a inquietações específicas, retoma problemas recorrentes e adapta o ensinamento filosófico às circunstâncias da existência. Lucílio não surge como destinatário passivo de uma doutrina pronta, mas como alguém inserido em um processo de formação. Sua condição é marcada pela oscilação característica daquele que já reconheceu a insuficiência da vida comum, mas ainda não alcançou a estabilidade moral própria do ideal do sábio. A correspondência torna-se, assim, o registro de

um percurso no qual a filosofia se manifesta inseparavelmente da reforma dos juízos, da disciplina dos afetos e da transformação da maneira de viver.

Neste trabalho, a expressão pedagogia filosófica designa o processo pelo qual Sêneca procura conduzir Lucílio à transformação progressiva de seus juízos, de seus afetos e de sua maneira de viver. A correspondência não se limita à transmissão de ensinamentos morais, mas constitui um percurso formativo no qual advertências, exemplos, exortações e retomadas sucessivas dos mesmos problemas procuram modificar a relação do discípulo consigo mesmo, com os outros e com a realidade. Nesse percurso, a recorrência da reflexão sobre a morte adquire especial relevância. Longe de constituir apenas um tema entre outros, ela aparece constantemente articulada às questões do tempo, da ordem da natureza, da Fortuna, da liberdade e do modo como o homem orienta sua existência.

Ao longo das *Cartas a Lucílio*, esses temas não surgem de forma isolada, mas integram um mesmo movimento de formação moral. A reflexão sobre a finitude acompanha continuamente esse percurso, não apenas porque recorda a inevitabilidade da morte, mas porque parece modificar a maneira como Lucílio compreende o valor do tempo, a importância dos bens exteriores e a relação entre a razão e a ordem da natureza. A repetição desse motivo ao longo da correspondência sugere que ele desempenha uma função que ultrapassa a simples consideração de um acontecimento inevitável da existência humana.

É dessa constatação que emerge o problema central desta pesquisa. Qual é a função desempenhada pela reflexão sobre a morte no processo de formação filosófica desenvolvido por Sêneca nas *Cartas a Lucílio*? Sua recorrência representa apenas mais um tema da reflexão moral ou participa da formação do discípulo de maneira decisiva? Em que medida ela contribui para reformar os juízos, transformar a relação com o tempo, relativizar os bens exteriores e favorecer a conquista da liberdade interior?

A hipótese que orienta este trabalho é a de que a reflexão contínua sobre a morte desempenha função decisiva no percurso formativo construído por Sêneca nas *Cartas a Lucílio*. Mais do que preparar o homem para o instante final da existência, ela parece atuar como um exercício permanente de reorientação da vida, conduzindo o discípulo a reformar seus juízos, disciplinar seus afetos e reconhecer a ordem racional da natureza como critério para conduzir a própria existência. A morte deixa, assim, de constituir apenas o termo da vida para tornar-se ocasião privilegiada de aprendizado acerca da própria maneira de viver.

Essa hipótese encontra apoio na forma pela qual Sêneca relaciona constantemente a consciência da finitude a outros aspectos fundamentais de sua filosofia moral. Em diversas cartas, a reflexão sobre a morte acompanha a crítica ao desperdício do tempo, a recuperação do domínio de si, a independência diante da Fortuna e a busca da serenidade interior. Nesse contexto, ela não aparece como um acontecimento isolado situado no término da existência, mas como uma presença constante capaz de transformar o modo pelo qual a vida é compreendida e conduzida. É nessa perspectiva que Sêneca adverte Lucílio: “É um erro imaginar que a morte está à nossa frente: grande parte dela já pertence ao passado, toda a nossa vida pretérita é já do domínio da morte!” (Sêneca, 2024, Carta 1, 2). A passagem sugere que a consciência da mortalidade acompanha continuamente a existência humana e participa da formação moral proposta por Sêneca.

A investigação desenvolvida nesta pesquisa procura compreender de que maneira a reflexão sobre a finitude atua no interior do percurso formativo construído pelas *Cartas a Lucílio*, evitando tomá-la como princípio organizador da filosofia senequiana antes que essa hipótese seja examinada à luz do próprio texto. O objetivo consiste, portanto, em investigar a função que essa reflexão desempenha na formação moral de Lucílio, acompanhando o modo como ela se articula aos demais elementos que compõem a pedagogia filosófica desenvolvida por Sêneca.

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem hermenêutica e imanente das *Cartas a Lucílio*. A investigação concentra-se na própria obra, buscando compreender seus argumentos, imagens, exercícios filosóficos e o movimento interno pelo qual Sêneca conduz Lucílio em seu processo de formação moral. Essa opção justifica-se pelo fato de que as *Cartas* não constituem apenas um conjunto disperso de reflexões éticas, mas um percurso formativo relativamente unitário, no qual temas como o tempo, a Fortuna, a liberdade e a condição finita do homem se articulam progressivamente no interior de um mesmo projeto filosófico. A escolha por uma leitura concentrada em uma única obra assume conscientemente seus limites interpretativos, mas decorre da intenção de acompanhar, com maior rigor, o desenvolvimento interno da argumentação senequiana e o modo pelo qual ela conduz o discípulo em sua formação filosófica. A própria correspondência oferece uma advertência contra a dispersão intelectual quando Sêneca afirma:

Toma, porém, atenção, não vá essa tua leitura de inúmeros autores e de volumes de toda a espécie arrastar algo de indecisão e de instabilidade. Importa que te fixes em determinados pensadores, que te nutras das suas

ideias, se na verdade queres que alguma coisa permaneça definitivamente no teu espírito. Estar em todo o lado é o mesmo que não estar em parte alguma. (Sêneca, 2024, Carta 2, 2)

Sem transformar essa passagem em uma regra metodológica externa, a presente pesquisa reconhece nela uma afinidade com o procedimento adotado: permanecer junto ao texto senequiano para extrair dele, tanto quanto possível, os elementos necessários à interpretação. Não se pretende realizar uma história geral do estoicismo, reconstruir exaustivamente seus antecedentes doutrinários ou comparar sistematicamente Sêneca com outros autores da tradição antiga. Essa opção decorre da própria natureza do problema investigado, que exige acompanhar o desenvolvimento interno da argumentação presente nas *Cartas a Lucílio*. Embora a literatura especializada ofereça importantes interpretações acerca da filosofia de Sêneca e do estoicismo, esta investigação não pretende reconstruir o debate entre comentadores, mas compreender a posição do próprio Sêneca a partir de sua obra. A opção metodológica, portanto, não decorre da desconsideração da bibliografia secundária, mas da delimitação do objeto da pesquisa e da natureza da questão proposta. O foco da investigação permanece concentrado na relação entre a escrita epistolar, a formação filosófica e a função desempenhada pela reflexão sobre a morte no percurso educativo desenvolvido por Sêneca nas *Cartas a Lucílio*.

O desenvolvimento da pesquisa organiza-se em três capítulos, construídos de maneira progressiva. O primeiro examina a compreensão senequiana da filosofia como formação moral, analisando a escrita epistolar como instrumento pedagógico, a condição de Lucílio em seu processo de aperfeiçoamento e o ideal de sabedoria que orienta esse percurso. O segundo capítulo investiga como essa formação filosófica transforma a relação do discípulo com o tempo, mostrando que a consciência da finitude modifica o modo como a existência é compreendida e conduzida. O terceiro capítulo concentra-se na função desempenhada pela reflexão contínua sobre a morte no interior desse percurso formativo, procurando demonstrar de que maneira ela reforma os juízos, disciplina os afetos, relativiza os bens exteriores, reconduz a razão à ordem da natureza e culmina na conquista da liberdade interior. A organização dos capítulos acompanha, assim, o próprio movimento desenvolvido nas *Cartas a Lucílio*: parte da compreensão da filosofia como prática formativa, examina os efeitos dessa formação sobre a existência humana e culmina na análise da reflexão sobre a finitude como momento decisivo desse processo.

Ao longo da investigação, procura-se acompanhar esse percurso sem impor ao texto categorias interpretativas exteriores à própria correspondência. O objetivo não consiste em

elaborar uma teoria geral da morte nem em demonstrar previamente sua centralidade na filosofia senequiana, mas em compreender, a partir do desenvolvimento interno das *Cartas a Lucílio*, como a reflexão sobre a finitude participa da formação moral de Lucílio e qual função ela desempenha na transformação de sua maneira de viver. É somente ao acompanhar esse itinerário filosófico que será possível avaliar em que medida a recorrência da morte nas *Cartas* ultrapassa a condição de tema recorrente para integrar o próprio processo educativo desenvolvido por Sêneca.

I. FILOSOFIA E FORMAÇÃO MORAL NAS CARTAS A LUCÍLIO

Antes que a morte possa ser compreendida nas *Cartas a Lucílio*, é necessário compreender de que maneira Sêneca procura conduzir Lucílio ao longo da correspondência. A reflexão sobre a finitude não surge como um tema isolado nem aparece desligada das demais questões tratadas nas cartas. Ao contrário, ela integra um percurso em que Sêneca procura modificar gradualmente a maneira como seu interlocutor julga a si mesmo, os bens exteriores, o tempo e as circunstâncias da existência. A meditação sobre a morte somente adquire seu sentido pleno porque se insere nesse movimento mais amplo, no qual a filosofia é apresentada como aquilo que orienta a vida e transforma a alma.

Desde as primeiras cartas, Sêneca deixa claro que a filosofia não se destina ao cultivo da erudição nem ao exercício da eloquência. Seu interesse não está na multiplicação dos discursos, mas na transformação daquele que os escuta e os pratica. Por essa razão, dirige repetidas críticas aos que fazem da filosofia um motivo de prestígio ou um simples objeto de exibição intelectual. O problema não está no conhecimento, mas na possibilidade de que ele permaneça separado da vida. Quando isso acontece, a filosofia deixa de cumprir a finalidade que lhe é própria, pois aquilo que foi aprendido não alcança a alma nem modifica a conduta de quem aprende.

Ao escrever a Lucílio, Sêneca insiste continuamente que o valor da filosofia não depende da quantidade de doutrinas conhecidas, mas da capacidade de orientar a existência. Saber não basta; é preciso que aquilo que se reconhece como verdadeiro se manifeste nas escolhas, nas ações e na maneira de enfrentar os acontecimentos da vida. É justamente por isso que ele rejeita uma filosofia reduzida às palavras e procura mostrar que sua verdadeira função consiste em dar direção à vida humana. É nesse contexto que Sêneca define diretamente aquilo que entende por filosofia:

A filosofia não é uma habilidade para exhibir em público, não se destina a servir de espectáculo; a filosofia não consiste em palavras, mas em acções. O seu fim não consiste em fazer-nos passar o tempo com alguma distração, nem em libertar o ócio do tédio. O objectivo da filosofia consiste em dar forma e estrutura à nossa alma, em ensinar-nos um rumo na vida, em orientar os nossos actos, em apontar-nos o que devemos fazer ou pôr de lado, em sentar-se ao leme e fixar a rota de quem flutua à deriva entre escolhos. Sem ela ninguém pode viver sem temor, ninguém pode viver em segurança. A toda a hora nos vemos em inúmeras situações em que carecemos de um conselho: pois é a filosofia que no-lo pode dar. (Sêneca, 2024, Carta 16, 3)

A definição apresentada na Carta 16 mostra que, para Sêneca, a filosofia deve exercer uma função efetiva na condução da vida. As imagens do leme, da rota e daquele que flutua entre escolhas representam a condição de quem, sem uma orientação firme, permanece exposto ao temor, à insegurança e às mudanças das circunstâncias. A filosofia é apresentada como aquilo que permite fixar uma direção, distinguir o que deve ser feito daquilo que deve ser evitado e conferir forma à alma daquele que procura viver de acordo com a razão.

Essa orientação não se realiza apenas pela compreensão de ensinamentos ou pela aquisição de conhecimentos. Se a filosofia deve dar forma e estrutura à alma, aquilo que é reconhecido como verdadeiro precisa alcançar também a conduta. Sêneca recusa, portanto, a separação entre o discurso filosófico e a maneira de viver. Não basta falar corretamente sobre a virtude, o bem ou a sabedoria quando as ações permanecem submetidas a critérios contrários aos que são afirmados. É nesse sentido que ele escreve:

[...] a filosofia, essa, ensina a agir, não a falar, exige de cada qual que viva segundo suas leis, de modo que a vida não contradiga as palavras, nem sequer se contradiga a si mesma; importa que todas as nossas acções sejam do mesmo teor. O maior dever – e também o maior sintoma – da sabedoria é a concordância entre as palavras e os actos, o sábio será em todas as circunstâncias plenamente igual a si próprio. (Sêneca, 2024, Carta 20, 2)

As citações apresentadas convergem para uma mesma exigência: a filosofia deve orientar a maneira de viver. Ao dizer que ela ensina a agir, Sêneca não rejeita o discurso nem o conhecimento, mas os subordina à transformação da conduta. As palavras somente demonstram seu valor quando encontram correspondência nas ações; do mesmo modo, as ações precisam conservar entre si uma direção comum, para que a vida não permaneça dividida e contraditória.

A concordância entre palavras e atos aparece, assim, como sinal da sabedoria porque revela uma alma que não muda de orientação a cada circunstância. Sêneca atribui ao sábio a capacidade de permanecer igual a si mesmo, não porque sua vida esteja livre de acontecimentos adversos, mas porque seus juízos e suas ações não dependem inteiramente das alterações

exteriores. A unidade da vida decorre da firmeza com que aquilo que foi reconhecido como verdadeiro passa a orientar as escolhas, os desejos e os temores.

Para Sêneca, portanto, a filosofia não pode permanecer confinada ao discurso. Ela deve alcançar a totalidade da existência e oferecer critérios para que o indivíduo saiba como agir diante das situações que encontra. Por essa razão, a relação entre filosofia e morte não constitui uma passagem para um assunto separado, introduzido somente em determinado momento da correspondência. A reflexão sobre a morte permeia as *Cartas a Lucílio* e integra a mesma exigência de aprender a viver segundo juízos firmes e ações coerentes.

A reflexão sobre a morte deve ser compreendida no interior dessa concepção de filosofia. Meditar sobre a morte não significa abandonar as questões relativas à vida, mas submeter a finitude ao mesmo trabalho de exame que Sêneca exige em relação aos desejos, aos temores e aos bens exteriores. Se a filosofia deve orientar a vida inteira, também deve permitir que o indivíduo examine o modo como julga a morte e o poder que esse julgamento exerce sobre sua conduta. A preparação para a finitude não surge, portanto, como etapa posterior de uma sequência temática, mas como parte do trabalho contínuo pelo qual Sêneca procura conduzir a alma à firmeza e à concordância consigo mesma.

A maneira como Sêneca compreende a filosofia também ajuda a entender por que escolhe dirigir-se a Lucílio por meio de cartas. Em vez de expor uma doutrina acabada, ele escreve a um interlocutor concreto, cujas dificuldades, inquietações e hesitações acompanham toda a correspondência. A forma epistolar permite que os mesmos problemas retornem continuamente, sejam retomados sob perspectivas diferentes e sejam relacionados às circunstâncias da vida daquele a quem as cartas se destinam. A filosofia aparece, assim, inseparável do exercício de orientar alguém que procura aprender a viver melhor.

Essa característica torna-se ainda mais evidente porque Sêneca não escreve como quem se apresenta já inteiramente livre dos erros que procura corrigir em Lucílio. Ao contrário, ele frequentemente inclui a si mesmo no mesmo esforço de transformação que recomenda ao amigo. É nesse contexto que afirma:

Verifico, Lucílio, que não apenas me estou corrigindo, antes me estou transfigurando. Não garanto, nem sequer espero, que nada já reste em mim sem necessitar de mudança! Como não hei-de eu ter ainda muito que deva ser refreado, ou diminuído, ou elevado? Mas já é uma prova de que o espírito alcançou um degrau superior o facto de reconhecer os defeitos que até então permaneciam ignorados: já é motivo para felicitar certos doentes o facto de eles próprios se reconhecerem doentes. (Sêneca, 2024, Carta 6, 1)

A citação mostra que Sêneca não fundamenta sua autoridade na afirmação de haver alcançado definitivamente a sabedoria. Ao reconhecer que ainda encontra em si aspectos que precisam ser corrigidos, ele apresenta a transformação da alma como uma tarefa contínua. O reconhecimento dos próprios defeitos deixa de ser motivo de desânimo e passa a indicar que a alma já começou a perceber aquilo que antes permanecia oculto. Quem nada vê para corrigir em si mesmo ainda não iniciou esse trabalho; quem reconhece suas próprias falhas demonstra que seus juízos já começaram a mudar. Esse modo de dirigir-se a Lucílio reaparece de maneira ainda mais explícita quando Sêneca escreve:

[...] eu, contudo, não sou tão descarado que, doente eu próprio, me aplique a dar remédio aos outros! É como companheiro de sanatório que eu falo contigo da nossa comum enfermidade e te dou parte dos medicamentos que uso. Escuta, portanto, as minhas palavras como se me estivesses ouvindo a falar com os meus botões; é como se eu te permitisse o acesso aos meus segredos e discutisse comigo mesmo na tua presença. (Sêneca, 2024, Carta 27, 1)

A imagem do companheiro de sanatório revela que Sêneca não procura ocupar uma posição distante de seu interlocutor. Ambos pertencem à mesma condição humana e ambos permanecem sujeitos aos erros de julgamento, aos desejos desordenados e às inquietações que atravessam a vida. A diferença que Sêneca estabelece entre si e Lucílio não decorre de uma natureza diversa, mas da experiência adquirida ao enfrentar essas mesmas dificuldades. É por isso que ele pode compartilhar os remédios de que também faz uso.

Ao escrever a Lucílio, Sêneca não se limita a transmitir ensinamentos abstratos. Ele permite que o amigo acompanhe o movimento de sua própria reflexão. Muitas vezes, não oferece respostas prontas; mostra como examina um problema, reconhece suas limitações e submete os próprios juízos ao mesmo critério racional que recomenda ao interlocutor. A correspondência torna-se, assim, o espaço em que Lucílio não apenas recebe conselhos, mas observa a filosofia em exercício. Por isso, Sêneca pode afirmar que “[...] a via através de conselhos é longa, através de exemplos é curta e eficaz.” (Sêneca, 2024, Carta 6, 5).

Essa característica é particularmente importante para a investigação desenvolvida neste trabalho. Ao longo das *Cartas a Lucílio*, Sêneca não trata a filosofia como um conjunto de conhecimentos separados da existência, mas como um exercício permanente de exame dos próprios juízos. É nesse mesmo horizonte que deve ser compreendida a reflexão sobre a morte. Quando Sêneca convida Lucílio a refletir sobre a morte, ele não introduz um tema estranho ao restante da correspondência; prossegue o mesmo trabalho de transformação da alma que já orienta suas reflexões sobre a vida, o tempo, a Fortuna, os desejos e os temores.

Ao dirigir-se continuamente a Lucílio, Sêneca também procura modificar a maneira como ele compreende a origem de suas inquietações. Em vez de atribuir o sofrimento às circunstâncias exteriores, chama a atenção para aquilo que acontece no interior da própria alma. Riqueza e pobreza, saúde e doença, prestígio e perda não determinam, por si mesmas, a tranquilidade ou a perturbação de alguém. O modo como essas situações são julgadas exerce papel decisivo na maneira como cada indivíduo vive.

É por isso que Sêneca recorre repetidamente à imagem da enfermidade. Ao fazê-lo, não pretende estabelecer uma comparação meramente ilustrativa. A metáfora permite mostrar que a alma pode permanecer dominada por erros sem sequer reconhecê-los, do mesmo modo que um doente pode ignorar a gravidade de sua própria enfermidade. Na Carta 50, ele escreve:

Para quê iludirmo-nos? O nosso mal não vem do exterior, está dentro de nós, enraizado nas nossas vísceras, e, como ignoramos o mal de que sofremos, só com dificuldade recuperamos a saúde. E mesmo que já tenhamos iniciado o tratamento, quando nos será possível levar de vencida a enorme virulência de tão numerosas enfermidades? Nem sequer solicitamos a presença do médico, quando afinal é mais fácil tratar a doença ainda no início. Almas frescas e inexperientes obedecem sem tardar a quem lhes indique o justo caminho. (Sêneca, 2024, Carta 50, 4)

A demonstração utilizada por Sêneca desloca a atenção para um aspecto decisivo da vida filosófica. O maior obstáculo não consiste apenas na presença dos vícios ou dos juízos equivocados, mas na incapacidade de percebê-los. Enquanto a alma acredita encontrar-se em ordem, não procura corrigir aquilo que a desorienta. O primeiro efeito da filosofia consiste, portanto, em tornar visível uma desordem que permanecia encoberta.

Por essa razão, Sêneca compara a filosofia ao trabalho do médico. Antes de restituir a saúde, é preciso reconhecer a doença; antes de corrigir os juízos, é necessário admitir que eles podem estar equivocados. A transformação da alma começa quando o indivíduo deixa de atribuir suas inquietações apenas aos acontecimentos exteriores e passa a examinar os critérios pelos quais julga esses acontecimentos.

Esse exame não conduz a uma mudança imediata nem definitiva. As cartas mostram que Sêneca espera de Lucílio um trabalho constante sobre si mesmo. Os erros de julgamento não desaparecem de uma única vez, porque foram incorporados ao longo da vida e continuamente reforçados pelos hábitos, pelos desejos e pelas opiniões comuns. A firmeza da alma exige, por isso, uma atenção contínua aos próprios juízos e uma disposição permanente para revê-los à luz da razão.

Sob esse aspecto que Sêneca começa a distinguir aqueles que já iniciaram esse trabalho daqueles que ainda permanecem inteiramente submetidos às opiniões da maioria. Essa distinção aparecerá nas cartas seguintes não como a separação entre duas naturezas diferentes, mas como a diferença entre modos diversos de conduzir a própria vida.

O reconhecimento da própria enfermidade, entretanto, não significa que a alma já tenha adquirido estabilidade suficiente para conservar a direção que começou a seguir. Depois de perceber seus erros, permanece ainda a tarefa de impedir que antigos hábitos e antigos juízos recuperem a força que possuíam anteriormente. É nesse contexto que Sêneca adverte Lucílio: “Queres saber qual é a coisa que com maior empenho debes evitar? A multidão! Ainda não estás em estado de frequentá-la em segurança” (Sêneca, 2024, Carta 7, 1). A advertência não condena a convivência humana nem propõe o afastamento definitivo da cidade. Ela revela que a formação filosófica ainda não atingiu a firmeza necessária para resistir às opiniões predominantes. A multidão representa, nesse contexto, menos um conjunto de pessoas do que um modo de julgar que continuamente reconduz o indivíduo aos bens que a filosofia procura relativizar.

Por essa razão, o perigo não reside simplesmente no contato com outras pessoas, mas na facilidade com que antigos critérios de avaliação podem voltar a orientar a vida. Aquele que começou a corrigir seus juízos ainda precisa aprender a conservá-los diante das circunstâncias, das expectativas e dos valores compartilhados pelos demais. A filosofia exige não apenas reconhecer uma direção, mas permanecer nela. É precisamente essa permanência que Sêneca deseja para Lucílio quando escreve:

O que eu te desejo é o domínio sobre ti mesmo, é que o teu espírito, atormentado por pensamentos inconstantes, acabe por se afirmar e ganhar convicções sólidas, e se sinta contente de si mesmo; é, em suma, que, uma vez compreendida a natureza do verdadeiro bem (e compreendê-la é possuí-la), o teu espírito não careça de prolongar a sua existência. O homem que consegue realizar a sua vida está, de uma vez por todas, acima de todas as contingências, está desmobilizado, é um homem livre! (Sêneca, 2024, Carta 32, 5)

A passagem reúne diversos elementos que vinham sendo preparados ao longo das cartas anteriores. O domínio de si, a firmeza do espírito, a compreensão do verdadeiro bem e a liberdade diante das contingências não aparecem como objetivos independentes, mas como aspectos de uma mesma transformação da alma. Ao desejar que Lucílio alcance essa condição, Sêneca mostra que a estabilidade não consiste em controlar os acontecimentos exteriores, mas

em formar um julgamento que permaneça firme mesmo quando a Fortuna altera todas as circunstâncias da existência.

Conjuntamente com o trecho da Carta 7, essa passagem torna mais claro o percurso que Sêneca procura realizar com Lucílio. Se antes o filósofo alertava para aquilo que ainda podia desviar a alma de sua direção, agora descreve a condição daquele que já encontrou no verdadeiro bem um princípio suficientemente estável para não depender das oscilações da Fortuna. A preocupação permanece a mesma nas duas cartas: formar uma alma capaz de conservar a retidão de seus juízos diante das mudanças inevitáveis da vida.

A passagem introduz ainda uma afirmação diretamente relacionada à finitude. Sêneca deseja que, depois de compreender a natureza do verdadeiro bem, o espírito de Lucílio não careça de prolongar a sua existência. Essas palavras não exprimem uma rejeição da vida. Elas indicam que a duração, por si só, não basta para realizá-la. Enquanto alguém considera indispensáveis os bens que dependem das circunstâncias, deseja prolongar a existência para conservar aquilo a que se encontra preso ou para alcançar aquilo que ainda lhe falta. Quando o verdadeiro bem é compreendido, a vida deixa de ser avaliada exclusivamente por sua extensão.

É nesse sentido que Sêneca afirma que o homem capaz de realizar sua vida encontra-se acima das contingências e é livre. Essa liberdade não consiste em escapar da mudança, da perda ou da morte, mas em não fazer depender delas o valor da própria existência. A afirmação de Sêneca, contudo, suscita uma questão decisiva: em que consiste esse bem cuja posse torna o homem independente das oscilações da Fortuna? A resposta é apresentada pelo próprio filósofo:

[...] o único bem é a virtude, não existe bem onde não existe a virtude e quanto, à virtude diremos que ela reside na melhor parte de nós mesmos, ou seja, na parte racional. A virtude não é outra coisa senão a faculdade de ajuizar de uma forma correcta e imutável; dessa faculdade provêm as decisões da vontade, e graças a ela se clarifica a natureza de todas as formas que despertam a vontade. (Sêneca, 2024, Carta 71, 32-33)

A definição apresentada por Sêneca desloca inteiramente o modo habitual de julgar a vida. O bem deixa de ser procurado na riqueza, no prestígio, na saúde ou em qualquer condição submetida às mudanças da existência. Ele passa a residir na virtude, que o próprio filósofo identifica com a faculdade de julgar corretamente e de conservar esse julgamento de maneira firme. Não se trata, portanto, de uma ação isolada nem de um estado afetivo passageiro, mas da retidão da própria razão.

Essa definição permite compreender por que Sêneca insiste continuamente na necessidade de examinar os próprios juízos. Aquilo que perturba a alma não são simplesmente os acontecimentos, mas o modo como eles são avaliados. Quando a razão atribui aos bens exteriores um valor que eles não possuem, surgem o medo da perda, o desejo desmedido, a inveja e a angústia. A filosofia procura corrigir precisamente esse modo de julgar, reconduzindo a alma a uma avaliação conforme à razão.

É também por essa razão que a reflexão sobre a morte ocupa um lugar central nas *Cartas a Lucílio*. Se a virtude consiste na retidão do julgamento, então também a morte precisa ser examinada segundo esse mesmo critério. O temor da morte não nasce necessariamente da morte em si, mas do juízo que a considera o maior dos males. Corrigir esse juízo torna-se parte do mesmo trabalho filosófico que já vinha sendo desenvolvido em relação aos desejos, aos bens exteriores e às demais circunstâncias da vida.

A definição da virtude permite ainda compreender um aspecto decisivo da liberdade descrita por Sêneca. A morte pode interromper a existência, retirar riquezas, extinguir posições sociais e desfazer tudo aquilo que depende da Fortuna. Entretanto, ela não possui poder para destruir o verdadeiro bem, porque esse bem reside na retidão da razão. É justamente por isso que a preparação para a morte não começa quando o indivíduo passa a pensar diretamente na finitude, mas quando aprende a situar o bem naquilo que nenhuma circunstância exterior é capaz de retirar.

A definição da virtude como retidão do julgamento conduz Sêneca a descrever a condição daquele que já não faz depender sua felicidade das circunstâncias exteriores. É nesse contexto que o filósofo escreve:

[...] o sábio basta-se a si mesmo para viver uma vida feliz; basta-lhe, não simplesmente para viver, na medida em que para viver carece de muita coisa, mas para ter uma vida feliz basta-lhe possuir um espírito são, elevado e indiferente à Fortuna. [...] O sábio precisa das mãos, dos olhos, de muita coisa necessária à vida quotidiana, mas não carece de coisa alguma: carecer implica ter necessidade, ser sábio implica não ter necessidade de nada. (Sêneca, 2024, Carta 9, 13-14)

Ao afirmar que o sábio basta-se a si mesmo para viver uma vida feliz, Sêneca não descreve um homem isolado nem alguém que despreza os vínculos humanos. O próprio texto distingue claramente aquilo de que o homem necessita para viver daquilo de que necessita para viver bem. O sábio continua precisando do corpo, dos sentidos e das condições ordinárias da

existência; continua convivendo com outras pessoas e reconhecendo o valor da amizade e dos bens que favorecem a vida. O que deixa de depender dessas condições é a felicidade.

Essa distinção decorre diretamente da definição apresentada na Carta 71. Se o verdadeiro bem reside na virtude, nenhuma circunstância exterior pode constituir o fundamento último de uma vida feliz. A riqueza pode ser perdida, a saúde pode desaparecer e a Fortuna pode alterar continuamente as condições da existência; entretanto, nenhuma dessas mudanças possui poder para retirar da alma a retidão do julgamento que constitui o verdadeiro bem.

É por isso que Sêneca afirma que o sábio "não carece de coisa alguma". A afirmação não significa ausência absoluta de necessidades, pois o próprio filósofo reconhece que a vida exige inúmeras condições materiais. O sentido da passagem é outro: aquilo de que o sábio necessita para continuar vivendo não determina mais o valor de sua existência. A felicidade deixa de oscilar conforme aquilo que é adquirido ou perdido porque passou a repousar naquilo que permanece sob o governo da razão.

Essa compreensão permite aprofundar ainda mais a relação entre filosofia e finitude. Enquanto o homem identifica sua felicidade com os bens submetidos à Fortuna, a morte aparece inevitavelmente como a perda de tudo aquilo que sustenta sua vida. Quando, porém, o verdadeiro bem é situado na retidão do julgamento, a morte já não pode destruir aquilo que possui valor mais elevado. Ela continua sendo o termo natural da existência, mas deixa de representar a ruína daquilo que torna a vida verdadeiramente boa.

Assim, a preparação para a morte não começa quando Sêneca passa a tratar explicitamente da finitude. Ela já se encontra em curso sempre que o filósofo procura libertar Lucílio da dependência dos bens exteriores e conduzi-lo a uma compreensão mais firme do verdadeiro bem. É a partir desse fundamento que a investigação poderá examinar, nos capítulos seguintes, a função desempenhada pela reflexão sobre a morte no percurso de formação filosófica elaborado por Sêneca.

O percurso desenvolvido ao longo deste capítulo permitiu compreender que Sêneca não apresenta a filosofia como um saber destinado ao simples acúmulo de conhecimentos. Desde as primeiras cartas, ela aparece como aquilo que deve orientar a existência, conferir direção aos juízos e alcançar a própria maneira de viver. Por essa razão, Sêneca insiste na concordância entre palavras e ações, reconhece em si mesmo alguém que continua submetendo a própria vida

ao exame filosófico, convida Lucílio a examinar continuamente os próprios erros e procura conduzi-lo a uma firmeza de ânimo cada vez maior diante das mudanças da Fortuna.

Esse percurso torna igualmente mais claro o lugar ocupado pela reflexão sobre a morte nas *Cartas a Lucílio*. A reflexão sobre a morte não surge como um ensinamento isolado nem como um exercício reservado ao final da formação filosófica. Ela pertence ao mesmo movimento pelo qual Sêneca procura corrigir os juízos de Lucílio acerca da riqueza, do prazer, da honra, do tempo e de todos os bens que costumam ser identificados como fundamento da felicidade. Julgar corretamente a morte pressupõe o mesmo exercício racional pelo qual se aprende a julgar corretamente a vida.

Ao definir a virtude como a retidão do julgamento e mostrar que a felicidade não depende daquilo que a Fortuna concede ou retira, Sêneca estabelece as condições para que também a finitude deixe de ser considerada o maior dos males. A liberdade diante da morte não decorre da negação da condição humana nem da eliminação do medo por um simples esforço de vontade. Ela resulta de uma transformação mais profunda, na qual a alma aprende gradualmente a retirar dos acontecimentos exteriores o poder de determinar aquilo que considera bom ou mau.

Entretanto, essa transformação não pode ser plenamente compreendida sem considerar outro tema que atravessa toda a correspondência: a relação entre a vida humana e o tempo. Se a morte representa o limite inevitável da existência, é o tempo que constitui o horizonte no interior do qual cada existência se realiza. Antes de examinar diretamente a reflexão sobre a morte, torna-se necessário compreender de que maneira Sêneca pensa o tempo, a brevidade da vida e o uso que o homem faz de seus dias.

É precisamente essa questão que orientará o capítulo seguinte. A investigação deslocase, portanto, para a análise da experiência temporal nas *Cartas a Lucílio*, procurando mostrar que a reflexão sobre o tempo não constitui um tema paralelo à reflexão sobre a morte, mas o horizonte no interior do qual esta poderá ser plenamente compreendida.

II. TEMPO, FINITUDE E EXISTÊNCIA: A MORTALIDADE INSCRITA NA VIDA

O primeiro capítulo procurou mostrar que Sêneca apresenta a filosofia como aquilo que orienta a vida e conduz o indivíduo à revisão dos juízos que governam sua existência. Essa transformação, porém, não ocorre fora do tempo. É na sucessão dos dias que a alma se modifica,

que os hábitos se consolidam e que os juízos podem ser corrigidos. Compreender a reflexão senequiana sobre a morte exige, portanto, examinar primeiro a maneira como ela se relaciona com a experiência do tempo. Nas *Cartas a Lucílio*, a morte não aparece apenas como o acontecimento que encerra a vida, mas como uma condição inseparável da própria existência temporal.

A reflexão sobre o tempo ocupa posição decisiva nas *Cartas a Lucílio* porque diz respeito àquilo que nenhuma ação humana pode recuperar. A riqueza pode ser readquirida, a saúde pode retornar e diversas perdas podem ser reparadas. O tempo, entretanto, uma vez transcorrido, escapa definitivamente. Apesar disso, os homens costumam protegê-lo menos do que protegem seus patrimônios, seus cargos ou seus interesses. Enquanto vigiam aquilo que possuem, deixam escapar aquilo sem o qual nada podem possuir. É contra essa inversão que Sêneca dirige a advertência que abre sua correspondência com Lucílio.

Procede deste modo, caro Lucílio: reclama o direito de dispor de ti, concentra e aproveita todo o tempo que até agora te era roubado, te era subtraído, que te fugia das mãos. Convence-te de que as coisas são tal como as descrevo: uma parte do tempo é-nos tomada, outra parte vai-se sem darmos por isso, outra deixamo-la escapar. Mas o pior de tudo é o tempo desperdiçado por negligência. [...] Nada nos pertence, Lucílio, só o tempo é mesmo nosso. [...] É tão grande a insensatez dos homens que aceitam prestar contas de tudo quanto – mau grado o seu valor mínimo, ou nulo, e pelo menos certamente recuperável – lhes é emprestado, mas ninguém se julga na obrigação de justificar o tempo que recebeu, apesar de este ser o único bem que, por maior que seja a nossa gratidão, nunca podemos restituir. (Sêneca, 2024, Carta 1, 1-3)

A posição ocupada por essa exortação no início da correspondência indica a importância que Sêneca atribui ao problema do tempo. Antes de desenvolver temas como a virtude, a Fortuna ou a morte, ele dirige a atenção de Lucílio para a maneira como sua própria vida está sendo conduzida. Ao ordenar que reclame a posse de si mesmo, estabelece uma relação direta entre o governo do tempo e o governo da própria existência. Não se trata apenas de conservar os dias, mas de impedir que eles sejam continuamente entregues à negligência, às ocupações inúteis e às expectativas que afastam o indivíduo de si mesmo. A perda do tempo não representa apenas a diminuição da duração da vida; ela compromete a possibilidade de orientar a existência segundo juízos firmes. Reivindicar o tempo significa, por isso, recuperar também a direção da própria vida.

Essa advertência conduz diretamente ao modo como Sêneca compreende a morte. Os homens costumam imaginá-la como um acontecimento situado em algum ponto distante do

futuro e, por isso, acreditam dispor de um tempo que ainda lhes pertence. Essa representação favorece o adiamento da vida filosófica, pois faz parecer sempre possível começar mais tarde a corrigir os próprios juízos e a cuidar de si. Sêneca rompe essa expectativa ao mostrar que a morte não se encontra apenas diante de nós, mas já alcançou tudo aquilo que deixamos para trás. É nesse sentido que adverte Lucílio: “É um erro imaginar que a morte está à nossa frente: grande parte dela já pertence ao passado; toda a nossa vida pretérita é já do domínio da morte!” (Sêneca, 2024, Carta 1, 2).

Aqui se torna evidente uma mudança decisiva na maneira como Sêneca compreende a morte. Ela deixa de ser pensada exclusivamente como o acontecimento que encerra a existência para revelar-se como uma dimensão constitutiva da própria experiência temporal. Tudo aquilo que foi vivido encontra-se definitivamente fora do domínio do indivíduo. O passado não pode ser recuperado, nem qualquer instante devolvido à existência. A morte deixa, assim, de situar-se apenas no futuro e passa a manifestar-se na irreversibilidade do tempo.

Essa compreensão modifica profundamente o problema filosófico. Se parte da vida já pertence à morte porque o passado se tornou irrecuperável, então viver não significa apenas acumular dias, mas também perdê-los continuamente. A passagem do tempo deixa de representar um simples deslocamento em direção ao futuro e revela seu caráter paradoxal: enquanto prolonga a existência, também a reduz. Essa consequência Sêneca desenvolve na Carta 24:

[...] nós, homens, não caímos na morte de repente, antes avançamos gradualmente para ela. Morremos diariamente, já que diariamente ficamos privados de uma parte da vida; por isso mesmo, à medida que nós crescemos a nossa vida vai decrescendo. Começamos por perder a infância, depois a adolescência, depois a juventude. Todo o tempo que decorreu até ontem é tempo irrecuperável; o próprio dia em que estamos hoje, compartilhamo-lo com a morte. (Sêneca, 2024, carta 24, 20)

A passagem não introduz uma nova reflexão, mas desenvolve aquilo que já estava anunciado na Carta 1. Se cada dia vivido passa imediatamente ao domínio do passado, então morrer não constitui um acontecimento reservado ao instante final da existência, mas um processo inseparável do próprio viver. A infância, a adolescência e a juventude permanecem como momentos da história do indivíduo, embora já não possam ser novamente experimentadas. O crescimento humano manifesta, assim, um único movimento que pode ser considerado sob duas perspectivas: enquanto a vida avança, também diminui.

É por essa razão que Sêneca procura corrigir o temor excessivamente concentrado no último dia da existência. Se a morte acompanha continuamente a vida, o instante final não pode ser compreendido como sua causa exclusiva. Ele apenas torna manifesto um processo que se desenvolveu ao longo de todo o percurso vivido. Nesse sentido, afirma:

Laboramos em erro ao recear o nosso último dia, já que cada dia dá o seu contributo à morte. O último passo que damos antes de cair não é a causa da nossa debilidade, é apenas o ponto em que ela se manifesta; o último dia empurra-nos para a morte, mas em todos os outros nos fomos aproximando dela; a morte vai-nos colhendo gradualmente, não nos arrebatava de repente. (Sêneca, 2024, carta 120, 18)

O argumento produzido por essa reflexão possui uma consequência decisiva para a formação moral. A atenção deixa de concentrar-se exclusivamente no acontecimento futuro da morte e dirige-se ao modo como cada dia é vivido. O problema filosófico já não consiste apenas em reconhecer que a vida terá um fim, mas em compreender que cada instante desperdiçado representa uma parcela da existência definitivamente perdida. A consciência da finitude, por isso, não conduz ao desprezo da vida nem à resignação, mas exige uma relação mais atenta com o tempo presente. É precisamente porque o tempo não pode ser recuperado que ele deve ser vivido de maneira verdadeiramente filosófica.

A compreensão da finitude conduz necessariamente a uma nova questão: por que os homens continuam vivendo como se dispusessem de tempo ilimitado? Embora submetidos à passagem incessante do tempo, permanecem adiando a própria vida, projetando-a para um futuro em que imaginam encontrar as condições ideais para viver. O presente converte-se, assim, em mera preparação para um amanhã continuamente esperado, como se a existência estivesse sempre prestes a começar. É precisamente contra essa forma de vida que Sêneca dirige a seguinte advertência:

Observa os indivíduos, considera a sociedade: todos vivem em função do amanhã! Não saber que mal há nisto? O maior possível. Essa gente não vive, espera viver, e vai adiando tudo. Ainda que lhe déssemos toda a atenção a vida ultrapassar-nos-ia; se andarmos assim à deriva, ela passa por nós como uma estranha; termina com o nosso último dia, mas vai-se quotidianamente perdendo. (Sêneca, 2024, carta 45, 12-13)

A advertência de Sêneca desloca a reflexão da simples consciência da finitude para a maneira como os homens efetivamente vivem. O problema não reside apenas em desconhecer que a vida é limitada, mas em permanecer voltado para um futuro imaginado, adiando continuamente o momento de viver. Quem organiza toda a existência em função do amanhã deixa escapar o único tempo de que realmente dispõe. A crítica ao adiamento revela, assim, que

reconhecer o valor do tempo não é suficiente: é necessário modificar a maneira de utilizá-lo, fazendo do presente o espaço efetivo da vida e da formação moral.

Essa compreensão não se desenvolve apenas por meio de argumentos. Na Carta 12, a própria experiência da passagem do tempo oferece a Sêneca uma ocasião concreta para refletir sobre a finitude. Ao retornar à sua propriedade rural, ele encontra a casa envelhecida e os lugares familiares marcados pela deterioração. Inicialmente percebidos nas coisas que o cercam, esses sinais conduzem o filósofo ao reconhecimento de sua própria velhice. A transformação do espaço exterior torna visível uma condição à qual ele também se encontra submetido:

Para onde quer que me vire, vejo indícios da minha velhice. Tinha ido à minha quinta nos arredores e queixava-me das despesas a fazer com uma casa em ruínas. O feitor diz-me que o mal não está em falta de cuidados seus, simplesmente a casa é velha. [...] Fico em dívida com a minha quinta: para onde quer que me virava fazia-me dar conta da minha velhice. Pois abracemo-la, apreciemo-la: se a soubermos usar, a velhice é uma fonte de prazer. Os frutos tornam-se mais agradáveis quando estão a ficar passados; é no seu termo que mais brilha a graça da infância; aos bebedores, o último copo é que dá mais prazer, aquele que culmina e dá o último impulso à embriaguez; aquilo que cada prazer tem de mais saboroso é guardado para o fim. É extremamente agradável esta idade, já tendente para o fim embora ainda não a tomar; estar prestes a atingir a beira do telhado, acho que é situação dotado dos seus encantos; ou pelo menos, em vez de encantos, bastará a simples ausência de necessidades. Como é bom já ter cansado os nossos desejos, tê-los abandonado. (Sêneca, 2024, carta 12, 1-5)

A passagem confere uma dimensão concreta à reflexão desenvolvida ao longo do capítulo. A passagem do tempo já não aparece apenas como uma verdade compreendida pela razão, mas como uma realidade que se manifesta no envelhecimento dos corpos e das coisas. A propriedade funciona como um espelho no qual Sêneca reconhece a transformação que também ocorre em si mesmo. Aquilo que parecia estável revela-se sujeito ao desgaste, e a velhice torna perceptível a proximidade de um fim que não pode ser afastado.

O aspecto decisivo, entretanto, não está apenas no reconhecimento desse processo, mas na maneira como Sêneca procura acolhê-lo. Em vez de considerar a velhice exclusivamente como perda ou decadência, ele identifica nela a possibilidade de uma relação mais livre com os desejos. A proximidade do fim pode reduzir inquietações, enfraquecer necessidades artificiais e favorecer uma compreensão mais clara daquilo que merece ser valorizado. Quando afirma ser agradável já ter cansado e abandonado os próprios desejos, Sêneca não nega as limitações da velhice, mas procura mostrar que elas podem ser transformadas em ocasião de aperfeiçoamento moral.

A experiência do envelhecimento assume, desse modo, uma função educativa. Os sinais da passagem do tempo desfazem a ilusão de que a vida poderá ser indefinidamente prolongada e obrigam o indivíduo a confrontar-se com sua condição mortal. Esse confronto, contudo, não deve produzir desespero ou recusa da existência. Ao contrário, pode ensinar a viver com maior atenção, a depender menos daquilo que escapa ao próprio domínio e a relacionar-se de maneira mais serena com o curso natural da vida. A finitude deixa, assim, de ser apenas um limite imposto à existência e torna-se uma condição a partir da qual o sujeito pode rever seus desejos, suas escolhas e o uso que faz do tempo.

O percurso desenvolvido neste capítulo permite compreender que, nas *Cartas a Lucílio*, a morte não se reduz a um acontecimento localizado no término da vida. Ela já se anuncia na irreversibilidade do tempo, na perda de cada instante, no adiamento contínuo da existência e nas transformações provocadas pelo envelhecimento. Por essa razão, refletir sobre a mortalidade significa também refletir sobre a maneira de viver. A consciência da finitude devolve ao presente sua importância e evidencia que a vida não deve ser reservada para um futuro incerto, mas assumida no tempo que efetivamente se possui.

Essa consciência, porém, não elimina por si mesma o temor da morte. Um indivíduo pode reconhecer racionalmente que sua existência é finita e, ainda assim, permanecer dominado pela ansiedade diante do fim. O reconhecimento da mortalidade constitui, portanto, uma etapa necessária, mas ainda insuficiente, da formação moral. Para que produza uma transformação efetiva, ele precisa converter-se em prática constante, capaz de modificar a relação do indivíduo com o tempo, com os desejos e com a própria morte. É esse movimento que será examinado no próximo capítulo, dedicado à meditação da morte como exercício filosófico da pedagogia senequiana.

III. A REFLEXÃO SOBRE A MORTE COMO EXERCÍCIO FILOSÓFICO

A investigação desenvolvida até este ponto permitiu compreender que a reflexão sobre a morte ocupa lugar permanente nas *Cartas a Lucílio*. A análise da temporalidade mostrou que a finitude não constitui um acontecimento reservado ao término da existência, mas uma condição que acompanha continuamente a vida humana. O tempo revelou-se como um bem irrecuperável; a velhice, como manifestação concreta da passagem dos anos; e a mortalidade, como realidade que se realiza progressivamente em cada instante vivido. A consciência dessa condição, entretanto, ainda não basta para libertar o homem do temor da morte. É possível

reconhecer racionalmente que toda vida é finita e, apesar disso, permanecer submetido ao medo, ao apego aos bens exteriores e à expectativa de um futuro indefinidamente prolongado.

Ao longo da correspondência, Sêneca retorna repetidamente ao problema da morte, articulando-o ao tempo, à velhice, à Fortuna, à liberdade interior e aos afetos. Essas retomadas não representam simples repetição de um mesmo ensinamento. Cada uma delas acrescenta um novo aspecto à formação de Lucílio e mostra que a filosofia não se realiza por meio de uma compreensão isolada, mas pelo retorno contínuo aos mesmos ensinamentos, que devem ser progressivamente incorporados à vida. Pensar a morte torna-se, assim, um exercício que acompanha o percurso formativo do discípulo e procura reduzir a distância entre aquilo que a razão reconhece e a maneira como ele efetivamente vive. Esse processo adquire especial clareza quando Sêneca apresenta Aufidio Basso, cuja conduta diante da proximidade do fim permite contemplar uma existência na qual a filosofia já produziu seus efeitos:

O nosso Basso, contudo, é homem de ânimo forte: a filosofia dá-lhe a possibilidade de manter a alegria com a morte diante dos olhos, de estar forte e contente seja qual for o estado físico, de não perder a força da alma quando se esvai a do corpo. Um bom piloto navega mesmo com a vela rasgada e, se os mastros forem derrubados, ainda assim escora os restos do barco até o fim da viagem. O mesmo faz o nosso amigo Basso: aguarda o fim com um ânimo, com um aspecto que, caso aguardasse a morte de outra pessoa, julgaríamos excesso de insensibilidade. É da maior importância, Lucílio, e deve ser aprendida com tempo, a capacidade de morrer com coragem quando chegar a nossa hora inevitável. (Sêneca, 2024, Carta 30, 3-4)

O interesse de Sêneca não recai sobre a enfermidade de Basso nem sobre a proximidade de sua morte consideradas em si mesmas. O que se torna objeto de atenção é a permanência da firmeza interior quando as forças do corpo começam a declinar. Basso não pode impedir o avanço da velhice, modificar sua condição física ou afastar a morte; pode, contudo, conservar o governo de si. O contraste entre a fragilidade corporal e a estabilidade da alma revela que a formação filosófica não pretende impedir o curso da natureza, mas evitar que aquilo que acontece ao corpo determine a tranquilidade interior.

A metáfora do piloto esclarece esse ponto. O bom navegador não controla os ventos nem a tempestade; sua excelência consiste em conservar o governo da embarcação mesmo quando as circunstâncias já não podem ser modificadas. Da mesma maneira, Basso não exerce poder sobre a chegada da morte, mas permanece senhor de seus próprios juízos. A filosofia manifesta-se, portanto, como aprendizagem do governo de si diante daquilo que não depende da vontade humana.

Essa imagem conduz à questão decisiva: se a morte é inevitável para todos, por que ela produz serenidade em alguns e perturbação em tantos outros? A diferença não reside no acontecimento, mas na maneira como cada indivíduo o compreende. É nesse sentido que Sêneca afirma:

De fato, ele discorre muito sobre a morte, e fá-lo expressamente para nos persuadir de que, se neste capítulo algo há que cause transtorno ou receio, tal será culpa do moribundo, não da morte em si; nem nela, nem depois dela, algo existe que nos causa sofrimento. Consequentemente, tão insensato é quem receia o que nunca sofrerá, como o que receia o que nunca há-de sentir. (Sêneca, 2024, Carta 30, 5-6)

O centro da investigação desloca-se, assim, da morte para o juízo formulado acerca dela. O sofrimento não nasce diretamente do acontecimento natural, mas do valor que a alma lhe atribui. A morte permanece inevitável; o temor, porém, depende da representação construída a seu respeito. A tarefa da filosofia não consiste em combater aquilo que pertence à ordem da natureza, mas em reformar os juízos que converteram a morte no maior dos males.

Essa conclusão retoma um princípio desenvolvido no primeiro capítulo. A liberdade interior não depende da transformação das circunstâncias exteriores, mas da capacidade de julgá-las segundo a razão. Também diante da morte, é a qualidade do juízo que distingue aquele que conserva o domínio de si daquele que permanece submetido às paixões.

Reconhecer a origem do medo, entretanto, ainda não basta para suprimi-lo. A alma não abandona imediatamente hábitos e representações que a acompanharam durante toda a vida apenas porque compreendeu racionalmente sua inadequação. Entre conhecer racionalmente uma verdade e viver de acordo com ela permanece uma distância que não pode ser superada por uma demonstração isolada. A imaginação continua antecipando sofrimentos, produzindo imagens do futuro e atribuindo aos acontecimentos um significado que a razão já recusou. Por isso, Sêneca amplia a reflexão e examina o modo como a alma se perturba diante dos males ainda não ocorridos:

Mais numerosos são, Lucílio, os nossos temores que as nossas verdadeiras aflições; e mais frequentemente nos angustia a nossa imaginação do que a realidade. [...] Não sejas desgraçado antes do tempo, pois o que tu temes como coisa iminente talvez nunca venha a suceder; pelo menos, é certo que ainda não sucedeu! Certas coisas angustiam-nos antes que haja razão para tal; outras angustiam-nos antes que haja razão; outras angustiam-nos sem a mínima razão. Isto é, ou exageramos o nosso sofrimento, ou o sentimos por antecipação, ou apenas o imaginamos! (Sêneca, 2024, Carta 13, 4-5)

A passagem distingue três maneiras pelas quais a alma se afasta da realidade: exagera sofrimentos efetivos, antecipa aqueles que ainda não chegaram ou produz perturbações inteiramente imaginárias. A morte insere-se nessa dinâmica porque, antes de se tornar uma experiência inevitável, já foi transformada pela imaginação em fonte permanente de inquietação. O homem não sofre apenas diante da morte, mas diante das imagens que produz acerca dela.

Pensar frequentemente na morte não significa, portanto, alimentar representações sombrias sobre o fim da vida nem antecipar o sofrimento futuro. O exercício possui a função oposta: submeter continuamente essas representações ao exame da razão, até que a morte deixe de ser interpretada como um mal absoluto. A necessidade de retornar ao tema não decorre de alguma insuficiência da verdade, mas da persistência dos hábitos e dos juízos que ainda precisam ser reformados. A serenidade de Basso não resulta de um impulso ocasional de coragem, mas de uma formação prolongada, pela qual aquilo que foi reconhecido racionalmente passou a orientar sua maneira de viver. A reflexão sobre a morte revela-se, assim, menos como preparação para um acontecimento futuro do que como exercício permanente de transformação interior.

A reforma dos juízos não modifica apenas a maneira pela qual o homem compreende a morte. Uma vez corrigida a representação daquele que parecia constituir o maior dos males, transforma-se também a orientação de sua vida. Pensar a própria finitude deixa de atuar sobre um objeto isolado e passa a reorganizar as relações do discípulo com os desejos, com os bens exteriores e com os acontecimentos que não dependem de sua vontade. É nesse alargamento de seus efeitos que o exercício revela com maior clareza sua função formativa.

O medo da morte não constitui uma perturbação isolada. Enquanto permanece ativo, alimenta a ansiedade diante do futuro e intensifica o apego àquilo que parece necessário para conservar a existência. A saúde, a riqueza, o prestígio e as demais condições exteriores adquirem um valor desmedido porque sua perda é percebida como ameaça à própria vida. Libertar-se do temor de morrer significa, portanto, enfraquecer simultaneamente muitas das inquietações que dele dependem. É essa relação que Sêneca condensa ao escrever: “[...] despreza a morte. Nenhum motivo de tristeza pode haver quando nos libertamos do medo de morrer.” (Sêneca, 2024, Carta 78, 5).

A afirmação não significa que toda tristeza decorra exclusivamente do medo da morte, mas indica o alcance que esse temor exerce sobre a existência. Enquanto a conservação da vida

é tomada como bem absoluto, os juízos permanecem submetidos a tudo aquilo que parece garanti-la ou ameaçá-la. Quando a morte deixa de ser interpretada como o maior dos males, os bens exteriores não perdem sua utilidade, mas deixam de constituir o fundamento da vida feliz. O discípulo pode desejá-los e utilizá-los sem lhes entregar o governo de sua tranquilidade. Também a Fortuna perde parte de seu domínio, pois aquilo que ela concede ou retira já não determina, por si só, o valor moral da existência.

Essa transformação, contudo, não se limita à superação do medo da morte. Para Sêneca, a razão somente pode abandonar de modo consistente o temor da morte quando compreende que ela não representa uma ruptura da ordem do mundo. Enquanto o fim é percebido como uma violência excepcional ou como uma injustiça imposta ao indivíduo, a alma permanece em conflito com aquilo que não pode evitar. A serenidade exige, portanto, uma mudança de perspectiva: o homem deve deixar de considerar sua existência de maneira isolada e reconhecer que também ele participa do nascimento, do crescimento, da transformação e da dissolução que alcançam todos os seres.

Todos os seres obedecem à lei do tempo: tudo tem de nascer, crescer, extinguir-se. Os corpos celestes que tu vês girar sobre as nossas cabeças, este solo, aparentemente tão sólido, em que assentamos firmemente os pés, tudo murchar e extinguir-se; em todo o ser está escondida a sua futura degenerescência. A natureza, embora as respectivas durações sejam diferentes, destina ao mesmo fim todos os seres: o que é, deixará de ser, não porque seja aniquilado mas porque se transforma. Para nós, porém, a metamorfose é equivalente à aniquilação porque apenas consideramos os resultados imediatos, porque o nosso espírito embotado e agarrado a este corpo não é capaz de ver mais além. Se assim não fosse, o homem teria mais coragem para encarar com frio espírito e os seus casos, caso pensasse que, como tudo o mais, a vida e a morte se sucedem alternadamente, que cada coisa se dissolve nos seus componentes, e que os componentes dispersos se agregam para formar cada ser, e que nesta actividade se manifesta eternamente a acção da divindade que modera o universo. (Sêneca, 2024, Carta 71, 13-15)

A passagem desloca o olhar do indivíduo para a totalidade da natureza. O nascimento, o crescimento e a extinção deixam de aparecer como acontecimentos separados para integrar um mesmo processo de transformação. Nem mesmo aquilo que parece mais sólido permanece imune à passagem do tempo. Ao situar a morte nesse movimento universal, Sêneca retira dela o carácter de exceção: o homem não sofre um destino estranho à natureza, mas participa da mesma condição universal que rege todos os seres.

O temor persiste porque o indivíduo considera apenas o resultado imediato da transformação e o interpreta como aniquilação. Preso à perspectiva do corpo e à duração

particular de sua existência, não consegue reconhecer a ordem mais ampla da qual faz parte. A reflexão filosófica procura corrigir essa limitação do olhar. Pensar a morte significa também aprender a considerá-la segundo a natureza, abandonando a resistência pela qual a alma exige permanecer fora de uma lei que alcança tudo o que existe.

A reforma dos juízos atinge, assim, seu fundamento mais profundo. Não se trata apenas de repetir que a morte não é um mal, mas de compreender por que ela não pode ser considerada contrária à natureza. Quando a razão reconhece a própria finitude como parte da ordem universal, a aceitação deixa de ser simples resignação diante do inevitável e passa a expressar uma concordância racional com a condição humana. A morte já não determina o valor da existência, e a duração da vida deixa de constituir sua medida decisiva. O que importa é a maneira como o tempo disponível é vivido e a possibilidade de conduzir a existência em conformidade com a razão.

Nesse ponto, a reflexão de Sêneca alcança uma de suas consequências mais profundas. A superação do medo da morte não produz apenas serenidade diante do fim da existência; ela modifica a própria relação do indivíduo com a vida. Quem deixa de considerar a conservação da existência física como o bem supremo já não precisa submeter seus juízos às circunstâncias exteriores que podem preservá-la ou ameaçá-la. A liberdade interior manifesta-se precisamente nessa independência diante de tudo aquilo que escapa ao governo da razão.

Enquanto a vida é tomada como o maior dos bens, a riqueza, a saúde, o prestígio e a aprovação dos outros tendem a adquirir um valor absoluto, pois parecem garantir sua conservação. O medo da perda converte esses bens em condições indispensáveis para a felicidade e faz nascer uma permanente relação de dependência. A filosofia procura romper esse vínculo ao mostrar que a dignidade da existência não repousa em sua simples continuidade, mas na maneira como ela é conduzida. A vida permanece desejável, porém deixa de constituir a medida última do bem humano. Sob essa perspectiva que Sêneca escreve:

Por isso mesmo, o sábio prolongará a sua vida enquanto *dever*, e não enquanto *puder*. Considerará sempre onde deve viver, com que companhias, como deve agir, que acções de empreender. Deve ter no pensamento a qualidade da vida, não a sua duração. Se se lhe deparam muitas situações graves, muitos obstáculos à sua tranquilidade, o sábio, retirar-se-á! E não o fará apenas como último recurso, mas, assim que a fortuna começar a mostrar-se hostil para com ele, deverá meditar seriamente se não convém pôr termo à vida. O sábio considera como indiferente se a sua morte é natural ou voluntária, se ocorre mais tarde ou mais cedo; não tem que recear qualquer grande perda: num líquido vertido a conta-gotas, quem se interessa por uma gota a mais ou a menos? Morrer mais cedo, morrer mais tarde – é questão irrelevante; relevante

é, sim, saber se se morre com dignidade ou sem ela, pois morrer com dignidade significa escapar ao perigo de viver sem ela! (Sêneca, 2024, Carta 70, 4-6)

O trecho revela o critério pelo qual a existência deve ser avaliada. O que importa já não é a quantidade de tempo vivido, mas a qualidade moral da vida. O sábio não procura prolongar indefinidamente sua existência nem abrevia-la por impulso. Em ambos os casos, o critério permanece o mesmo: conservar uma vida que possa continuar sendo conduzida segundo a razão. A duração deixa de constituir o fundamento da existência moral; em seu lugar, Sêneca situa a possibilidade de permanecer fiel ao modo racional de viver.

Sob essa perspectiva deve ser compreendida a possibilidade da morte voluntária. Ela não constitui o objetivo da formação filosófica nem representa uma solução geral para o sofrimento humano. Sua legitimidade decorre de circunstâncias excepcionais nas quais a continuidade da vida significaria a perda da própria liberdade moral. Por isso, a decisão jamais nasce do desespero, do medo ou da recusa da existência, mas de um exame racional acerca das condições em que a vida pode continuar sendo vivida segundo a razão. A morte voluntária aparece, assim, não como centro da reflexão senequiana, mas como expressão limite da liberdade conquistada ao longo do processo formativo.

Essa conclusão permite compreender que o verdadeiro resultado do exercício desenvolvido até aqui não consiste em preparar o homem para morrer, mas em libertá-lo do domínio que o medo da morte exerce sobre sua maneira de viver. Uma vez rompida essa dependência, modifica-se igualmente a relação do discípulo com o tempo.

Quem já não necessita prolongar indefinidamente a própria existência deixa de projetar a vida para um futuro continuamente esperado. A reflexão sobre a morte altera, assim, a própria estrutura temporal da existência: o futuro deixa de funcionar como promessa permanente de uma vida melhor, enquanto o presente recupera sua condição de único tempo no qual a vida efetivamente pode ser vivida. É nesse sentido que Sêneca afirma:

Como é estúpido fazer planos para uma longa vida quando não se é sequer senhor do dia seguinte! [...] Ninguém deve fazer projectos para o futuro, pois mesmo o que nós seguramos nos escapa das mãos, mesmo a hora que vivemos qualquer acaso a interrompe. [...] Formemos, portanto, a nossa alma como se já estivéssemos no fim da vida. Não adiemos: ponhamos em dia as nossas contas com a vida! O principal defeito da vida é ela estar sempre por completar, haver sempre algo a prolongar. [...] Há um apenas: que a nossa vida não se projecte para o futuro, mas se concentre em si mesma. Só sente ansiedade pelo futuro aquele cujo presente é vazio. [...] Apressa-te a viver, caro Lucílio, imagina que cada dia é uma vida completa. Quem formou assim o seu carácter, quem quotidianamente viveu uma vida completa, pode gozar

de segurança; para quem vive de esperanças, pelo contrário, mesmo o dia seguinte lhe escapa, e depois vem a avidez de viver e o medo de morrer, medo desgraçado, e que mais não faz do que desgraçar tudo. (Sêneca, 2024, Carta 101, 4-10).

Ao retomar temas presentes desde o início das *Cartas*, Sêneca reúne aqui aspectos que a reflexão desenvolvida até este ponto permitiu relacionar: a incerteza do futuro, o adiamento da vida, a formação da alma e o temor da morte. Aquele que imagina possuir o amanhã projeta continuamente a existência para um tempo que ainda não chegou e, com isso, deixa escapar o presente. A reflexão sobre a morte rompe essa ilusão ao recordar que nenhum projeto futuro pode substituir o único tempo efetivamente disponível. A vida deixa de permanecer “por completar” quando o presente deixa de ser sacrificado em favor de um amanhã sempre incerto. É essa transformação que Sêneca sintetiza ao afirmar:

Há que remover de vez o desejo de viver, e tomar consciência de que é irrelevante a data em que passamos por algo — a morte — porque é inevitável passar. Importa, sim, é a qualidade, não a duração da nossa vida; e, frequentemente, para viver bem, até é preferível não viver muito tempo. (Sêneca, 2024, Carta 101, 15)

A afirmação não exprime desprezo pela vida, mas a recusa de medir seu valor pela duração. O percurso desenvolvido neste capítulo mostra que pensar continuamente a própria finitude reforma os juízos, disciplina os afetos, relativiza os bens exteriores, reconcilia a razão com a ordem da natureza e devolve ao presente sua dignidade própria. Libertando o homem do medo da morte, a filosofia o restitui à possibilidade de viver plenamente o tempo que efetivamente lhe pertence.

A investigação desenvolvida neste capítulo permite compreender que a reflexão constante sobre a morte ocupa lugar central nas *Cartas a Lucílio* não porque conduza o discípulo a voltar-se para o fim da existência, mas porque transforma profundamente sua maneira de viver. Ao reformar os juízos, enfraquecer o domínio das paixões e reconduzir a razão à ordem da natureza, esse exercício liberta o homem da necessidade de conservar a vida a qualquer custo e restitui à existência seu verdadeiro critério: viver segundo a razão. A morte permanece inevitável, mas já não governa a vida. É justamente nessa transformação que se realiza o sentido mais profundo da pedagogia filosófica de Sêneca.

CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida ao longo deste trabalho procurou compreender a função desempenhada pela reflexão sobre a morte no processo de formação filosófica elaborado por

Sêneca nas *Cartas a Lucílio*. A recorrência desse tema ao longo da correspondência poderia sugerir que a morte constitui apenas mais um entre os diversos problemas éticos abordados pelo filósofo. O percurso interpretativo realizado, entretanto, permitiu demonstrar que sua presença não decorre simplesmente da frequência com que é mencionada, mas da função que exerce na transformação progressiva dos juízos, dos afetos e da própria maneira de viver de Lucílio. A reflexão sobre a morte integra o movimento pelo qual Sêneca procura conduzir seu interlocutor da dispersão à firmeza da razão, da dependência em relação à Fortuna ao domínio de si e da inquietação diante da finitude à liberdade interior.

Desde o início da correspondência, a filosofia é apresentada como uma prática orientada à formação da alma. Seu objetivo não consiste em ampliar o conhecimento nem em transmitir um conjunto de doutrinas, mas em transformar o modo pelo qual o indivíduo julga, deseja e conduz a própria existência. A forma epistolar revela-se inseparável dessa finalidade. Ao acompanhar as dificuldades, os avanços e as recaídas de Lucílio, Sêneca não oferece apenas respostas para problemas particulares, mas conduz um processo de reforma dos juízos que exige exercício constante, retorno aos mesmos ensinamentos e progressiva incorporação daquilo que a razão reconhece como verdadeiro. A reflexão sobre a morte encontra seu sentido precisamente nesse horizonte formativo.

A investigação mostrou, igualmente, que esse processo não começa quando Sêneca passa a tratar explicitamente da morte. A análise da experiência do tempo revelou que a consciência da finitude já se encontra inscrita na própria condição temporal da existência. A irreversibilidade dos dias, o desperdício do tempo, o adiamento contínuo da vida e a experiência do envelhecimento fazem da mortalidade uma presença constante, muito antes do instante final da existência. A morte deixa, assim, de aparecer apenas como um acontecimento futuro e passa a integrar a própria maneira pela qual a vida se realiza. Sob essa perspectiva, refletir sobre a morte significa também aprender a compreender o tempo e a reconhecer que a existência somente pode ser conduzida no presente que continuamente se esvai.

Foi nesse contexto que se tornou possível confirmar a hipótese formulada na introdução. A reflexão sobre a morte não se reduz à preparação para o último instante da vida nem possui como finalidade principal habituar o indivíduo à ideia do morrer. Seu alcance é mais profundo. Ao submeter continuamente a morte ao exame da razão, Sêneca procura reformar os juízos que fazem da simples conservação da existência o fundamento da felicidade. O exercício filosófico não modifica a natureza da morte, mas transforma a relação que o homem estabelece com ela.

Quando deixa de ser considerada o maior dos males, modifica-se também o modo de julgar os bens exteriores, o tempo, a Fortuna e as circunstâncias da existência.

Essa transformação constitui o núcleo da liberdade interior descrita nas *Cartas a Lucílio*. Libertar-se do medo da morte não significa eliminar um sentimento isolado, mas romper a dependência em relação a tudo aquilo que parecia indispensável para conservar a vida. A riqueza, a honra, o prestígio, a saúde e os demais bens exteriores deixam de exercer domínio absoluto porque já não determinam aquilo que possui verdadeiro valor. A razão aprende progressivamente a situar o bem na retidão do julgamento, e não nas condições instáveis submetidas à Fortuna. A liberdade não nasce da supressão das adversidades, mas da capacidade de permanecer fiel à razão mesmo quando elas se tornam inevitáveis.

A investigação permitiu compreender, ainda, que essa transformação somente se torna possível porque Sêneca reconduz continuamente o indivíduo à ordem da natureza. A morte deixa de ser percebida como ruptura injusta da existência para ser reconhecida como parte do mesmo movimento que governa o nascimento, o crescimento, a transformação e a dissolução de todos os seres. A serenidade não decorre da negação da condição humana nem da promessa de escapar ao destino comum, mas da concordância racional com uma ordem da qual o homem jamais esteve separado. A aceitação da finitude deixa, portanto, de expressar simples resignação diante do inevitável para tornar-se uma forma de reconciliação da razão com a realidade.

Essa perspectiva permite compreender sob nova luz a unidade filosófica das *Cartas a Lucílio*. Questões como o tempo, a velhice, os afetos, a virtude, a Fortuna e a liberdade não aparecem como temas independentes justapostos ao longo da correspondência. Acompanhadas a partir da reflexão sobre a morte, revelam-se articuladas por um mesmo movimento formativo, no qual Sêneca procura reorganizar progressivamente toda a compreensão que Lucílio possui de si mesmo e da existência. A recorrência da morte não elimina a autonomia desses problemas, mas evidencia o vínculo que os reúne no interior de um mesmo projeto de formação filosófica.

É nesse ponto que se situa a principal contribuição interpretativa desta pesquisa. Em vez de considerar a reflexão sobre a morte apenas como um tema recorrente entre muitos outros, procurou-se demonstrar que ela desempenha uma função estruturante no percurso de formação desenvolvido por Sêneca. Sua importância não decorre apenas da frequência com que aparece nas *Cartas*, mas da capacidade de reorganizar progressivamente os juízos que orientam a vida moral. Ao transformar a relação do discípulo com o tempo, relativizar os bens exteriores, reconduzir a razão à ordem da natureza e favorecer a conquista da liberdade interior, a reflexão

sobre a morte revela-se um dos eixos que conferem unidade ao processo formativo construído ao longo da correspondência.

A opção metodológica por uma leitura imanente permitiu acompanhar esse movimento sem recorrer a categorias exteriores ao texto nem reduzir a correspondência à exposição sistemática de doutrinas estoicas. Procurou-se seguir o desenvolvimento interno das *Cartas*, observando como os temas retornam, se aprofundam e adquirem novos significados à medida que o percurso formativo de Lucílio avança. Nesse sentido, a repetição constante da reflexão sobre a morte não constitui simples recurso retórico, mas corresponde ao próprio método pedagógico adotado por Sêneca. A reforma dos juízos não se produz por uma demonstração isolada; exige exercício, retomada e constante incorporação daquilo que a razão reconhece como verdadeiro.

Pode-se concluir, portanto, que a reflexão sobre a morte, nas *Cartas a Lucílio*, não constitui um exercício voltado apenas para o fim da existência, mas um princípio de reorganização da própria vida. Ao reformar os juízos, transformar a relação com o tempo, relativizar os bens exteriores e reconduzir a razão à ordem da natureza, ela integra o percurso de formação filosófica elaborado por Sêneca para Lucílio. Compreendida nessa perspectiva, a morte deixa de ocupar o lugar de termo da existência para tornar-se um critério a partir do qual a vida inteira é continuamente examinada. A investigação permite, assim, reconhecer que a reflexão sobre a morte não se acrescenta ao projeto filosófico das *Cartas a Lucílio*; ela expressa, de modo privilegiado, o próprio movimento pelo qual Sêneca conduz seu interlocutor à formação filosófica.

REFERÊNCIAS

SÉNECA, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. Tradução, Prefácio e Notas de J. A. Segurado e Campos. Tradução do original latino intitulado I. ANNAEI SENECAE AD LUCILIUM EPISTULAE MORALES segundo o texto da Oxford University Press, 1965. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2024.